



Impacto dos Programas de Educação para a Cooperação em situação de Emergência. Um estudo de caso em Portugal.

Impact of Education Programs for Cooperation in Emergencies. A case study in Portugal.

Ângela Cristela Campinho da Costa Gomes*

Resumo:

Este projeto de investigação insere-se no âmbito da Educação e Cooperação para o Desenvolvimento. Pretendemos investigar as respostas na área da Educação e da Cooperação no âmbito do acolhimento dos refugiados e requerentes de asilo. Consideramos relevante estudar, analisar e definir o papel de Portugal nas políticas de Cooperação para o Desenvolvimento para as populações em situações de emergência.

Para tal, debruçar-nos-emos em dois aspetos centrais: o estudo das práticas e das representações da Educação e Cooperação em Portugal, para determinar e avaliar o impacto em situações de emergência; a definição do papel que os programas têm na vida destas populações. Como amostra para esta investigação teremos um conjunto de 12 instituições na zona norte e 13 na zona centro, situadas no contexto nacional. O público-alvo é constituído por famílias e/ou pessoas individuais em situações de emergência, designadamente os refugiados.

A metodologia de investigação é mista, utilizando-se o estudo de caso como opção.

Palavras-chave: Educação. emergência. cooperação. refugiados. desenvolvimento.

* Dados autor – Universidade do Minho, Portugal, angela55479@gmail.com.
IV COLBEDUCA e II CIEE
24 e 25 de Janeiro de 2018, Braga e Paredes de Coura, Portugal.



Introdução

De que modo Portugal, sendo um país signatário do relatório da ONU sobre o qual o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon afirmou ser “(...) um contrato social entre os líderes mundiais e os povos” quando a Agenda foi aprovada, a 25 de setembro de 2015, deve investir na capacidade de pensar o seu próprio desenvolvimento para criarem alternativas que sejam mais sustentáveis e inclusivas para uma população global? De que forma a população portuguesa/europeia convive com estas minorias? Com recurso ao ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, desde 1950, além da preocupação internacional com o conflito em si, são necessárias medidas para interferir na crise humanitária. O relatório anual “Tendências Globais” indica que

“a Síria (com 4,9 milhões de refugiados), o Afeganistão (com 2,7 milhões) e a Somália (com 1,1 milhão) totalizam mais de metade dos refugiados sob o mandato do ACNUR. Os países com maior número de deslocados internos são a Colômbia (6,9 milhões), a Síria (6,6 milhões) e o Iraque (4,4 milhões)”. (ACNUR, 2016 a 20 junho).

Neste sentido, e com base no contexto nacional e internacional, e de acordo com o relatório BRICS (UNESCO, 2014), é iminente que “os governos devem colocar a educação e a capacitação no centro das suas estratégias de desenvolvimento, realizando investimentos maciços em todos os níveis educacionais, além de experiências com políticas inovadoras em áreas estratégicas” (p.2).

Neste sentido, existe uma carência de pesquisas científicas nesse campo de ação que vem sendo constituído socialmente, culturalmente e economicamente como controverso. Assim os Requisitos Mínimos do INEE (Rede Inter-institucional para a Educação em situações de Emergência) são reconhecidos a nível global como boa prática no que toca à resposta ao direito à educação e às necessidades das pessoas afetadas por desastres e crises. Em situações de emergência todos os indivíduos, sem exceção, devem ter o direito à educação, princípio defendido pelo manual Requisitos Mínimos para a Educação. Para tal devem ser utilizados requisitos básicos para capacitar e formar os intervenientes locais, organizações governamentais e não governamentais que visam melhorar o modo como todos os



intervenientes são responsabilizados perante os direitos da educação e necessidades da população em catástrofe até à reconstrução (INEE,2010, pp.18-19).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, objetivo 10 – Reduzir as desigualdades - reforça que se pretende “até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça etnia, origem, religião, condição económica ou outra”, sendo por sua vez fortalecido pelo objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes – no qual se evidencia a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável através da redução significativa de “todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares” e “(...) através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta, a todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime” (UNRIC, 2016, pp.20-33).



Fundamentação Teórica

O presente estudo pretende analisar a participação e a colaboração de Portugal no acolhimento e integração aos refugiados para a concretização do objetivo 4 apresentado no relatório Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que é assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2015). É real a ausência de investigação científica e rigorosa a fim de fortalecer a recolha de evidências credíveis, de apoiar as políticas e as práticas de Educação em situações de Emergência e, melhorar a aprendizagem nas e entre as organizações, instituições políticas e académicas. Burde (2017, s/p) alerta que “a investigação sobre as intervenções ao nível da Educação em situações de Emergência e outras questões relacionadas ainda é escassa, um pouco difusa e pouca rigorosa”.

Num estudo sobre Educação de Qualidade para refugiados no Quênia os investigadores alertam que é notório “limited resources, including low funding, significant overcrowding, and a lack of teaching and learning materials; a lack of pedagogical training and content knowledge; and curriculum and language policies” (Mendenhall et al. 2015, p.92)

Temos vindo a assistir no panorama internacional ao aumento da hostilidade em relação aos imigrantes e refugiados. Os estudos de casos em que populações descritas vivem na periferia do mundo globalizado “onde enfrentam desigualdades, fenómenos de marginalização social e violência, desde as aldeias afetadas por conflitos no Afeganistão até à metrópole urbana de Delhi, na Índia” (INEE,2016, s/p). Consideramos imprescindível a consciencialização dos cidadãos para a importância de estudos locais dos programas e impactos que os mesmos desenvolvem nos deslocados e nas populações locais. Dados de 100 países, ao longo de 50 anos, indicam que os países que possuem as maiores lacunas educacionais têm mais chances de estar em conflito, sendo que os conflitos armados são um dos principais obstáculos ao progresso na educação (Relatório de Monitorização Global da Educação, 2016, p.23).

Lopes (2010, s/p) indica que “em Portugal, ao nível da sociedade civil, são as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento que mais têm levado estas questões aos cidadãos, através de uma das suas áreas prioritárias de intervenção: a Educação para o Desenvolvimento (ED)”. Assim, no seu estudo evidencia que existe “a necessidade do



fortalecimento de uma parceria global pelo desenvolvimento que enfrente os desafios atuais da globalização trouxe novas exigências à cidadania” (2010, s/p).

Santos (2011) salienta que existe um “desgaste e desilusão em relação à cooperação para desenvolvimento” (p.10). É preciso assumir-se e trabalhar uma cultura de responsabilização e compromissos. Portugal “comprometeu-se a uma mudança das suas práticas, com vista a uma melhoria do impacto das suas atividades” (Cooperação Portuguesa, 2006, p.12), porém devido ao “défice orçamental e da crise económica”, não tem conseguido cumprir os seus compromissos”. À data da redação deste artigo entraram em Portugal cerca de 1000 refugiados e são várias as organizações envolvidas no processo de acolhimento. Com base no Relatório de Monitoramento Global da Educação (2016) “a educação tem a responsabilidade de fomentar as habilidades, atitudes e comportamentos que nos levarão ao crescimento sustentável e inclusivo, podendo ajudar a lidar com as diferenças entre grupos étnicos e religiosos” (p.24).

De acordo com o descrito no ponto anterior sobre o contexto nacional e no que respeita ao foco da investigação apresentada o público-alvo do estudo serão as populações em situações de emergência, refugiados e deslocados. De modo a contemplarmos uma amostra de variação máxima que nos possibilite aceder a um estudo mais profícuo através da diversificação contextual das situações, trabalharemos com 12 instituições na zona norte e 13 na zona sul nacionais.

Metodologia

No estudo do conhecimento científico abordaremos a natureza, as etapas e os limites do conhecimento humano, na relação entre sujeito e o objeto do conhecimento. Pretendemos investigar para compreender a realidade que nos envolve, no âmbito da investigação proposta, investigar, compreender e analisar o impacto dos programas de acolhimento a refugiados para a sociedade que acolhe, um estudo de caso em Portugal, bem como para os indivíduos acolhidos. A metodologia adotada “estúdio de los métodos de investigación” (Bisquerra, 1989, p.55) no âmbito desta investigação será um estudo de caso (investigação empírica). A metodologia de estudo de caso assume-se como o mais completo método, permitindo o recurso a técnicas variadas de recolha de dados, tais como “questionários, entrevistas, observações,

análise de documentos e notas de campo que permitem ao investigador apropriar-se das intrincadas e complexas inter-relações que ocorrem num determinado contexto.” (Morgado, 2012, p.59). Assim, segundo Duarte (2008), o recurso ao estudo de caso exige um “enquadramento teórico adequado, domínio de instrumentos e disponibilidade de tempo” (p.114). No artigo do mesmo autor Duarte (2008), podemos ter acesso à análise comparativa que, o mesmo elabora das obras de Yin (2005) e Stake (1995, 2005) sobre a metodologia de estudos de casos, no qual o autor distingue que Yin tem uma perspectiva mais sistemática e sociológica e por sua vez Stake, uma visão mais etnográfica. Na produção do conhecimento científico sobre a metodologia dos estudos de caso nas ciências sociais Stake e Yin têm perspectivas diferenciadas quanto à natureza dos estudos de caso e na questão da generalização ou aplicabilidade do conhecimento. Stake distingue três tipos de estudo de caso: o estudo de caso intrínseco, caso instrumental e caso coletivo. Duarte (2008, p.121) conclui que para Stake constitui-se essencial escolher casos que possam ajudar na procura de respostas aos problemas em estudo, mas também alguns casos sem essas características para testar a representatividade dos casos seccionados”. Neste sentido, a pesquisa em estudo de casos têm algumas variações, por sua vez a investigação proposta prevê estudo de casos múltiplos (Yin, 2005). De acordo com Stake (1995, 2005), pode designar-se estudo de caso coletivo, para Yin é um estudo múltiplo de caso ou estudo holístico. O recurso ao estudo de caso coletivo visa a compreensão do fenómeno e privilegiar o que Yin designa de generalização analítica, em detrimento da generalização estatística. Portanto, pretende a análise em profundidade do objeto de estudo, e permitirá de forma mais adequada uma vez que o mesmo é um fenómeno pouco investigado, pelo menos no contexto nacional o que exige um estudo aprofundado de poucos casos, através do qual “leve à identificação de categorias de observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores” (Alves-Mazzoti,2006, p.644).

A escolha do estudo de caso prende-se com a questão de pesquisa e do contexto da problemática a instigar, segundo Yin (2002, p.19) a escolha desta metodologia justifica-se quando se colocam “questões do tipo como e porquê, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. No sentido de corroborar, explicita que o estudo de caso “contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos fenómenos individuais,

organizacionais, sociais e político”, bem como para a compreensão de “fenômenos sociais complexos” (*Ibid.*, p.21). Desta forma, a investigação proposta constitui um fenômeno social complexo. De acordo com o foco de investigação propomos o estudo de caso como estratégia principal, porém estamos na presença do uso de mais de uma estratégia de investigação, desta forma utilizaremos a estratégia de levantamento. Yin (2002) enaltece o rigor e profissionalismo exigido ao investigador no estudo de caso, que cabe a este a responsabilidade e seriedade do processo “cada pesquisador de estudo de caso deve trabalhar com afinco para expor todas as evidências de forma justa” (*Ibid.*, p.29). De acordo com o mesmo autor uma das preocupações em relação aos estudos de caso por parte dos estudiosos e de investigadores que recorrerem a esta estratégia é a ausência de uma generalização científica, ou seja, estatística, porém rebate afirmando que “são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos” (p.29), esclarece que “o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). O estudo de caso como estratégia cumpre várias fases, tais como planejamento, coleta, análise e apresentação de resultados que pretendemos aplicar à presente investigação. No planejamento, o estudo de caso como estratégia de pesquisa “compreende um método que abrange tudo com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados” (p.33). No âmbito da coleta de dados serão selecionados criteriosamente locais distintos de território de Portugal Continental. No que consubstancia à coleta de evidências, segundo Yin existem seis fontes distintas, tais como “documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos” (*Ibid.*, p.105).

No âmbito da implementação do método de estudo de caso o autor Yin, expõe seis fontes de evidência, tidas como as principais evidências que o investigador deve ter em consideração e indispensáveis para o enriquecimento da investigação a levar a cabo, porém a última evidência não será utilizada nesta investigação. Desta forma são elas a documentação, os registros em arquivo, as entrevistas, a observação direta, a observação participante e os artefactos físicos. Neste preâmbulo e no sentido de balizar a confiabilidade do estudo e a validade do constructo consideramos de supra importância para a investigação o que Yin apresenta como princípios para a coleta de dados. O autor adverte para o uso da triangulação, o uso de várias fontes de evidência num mesmo estudo de caso “um ponto forte muito importante de coleta de dados para



um estudo de caso é a oportunidade de utilizar muitas fontes diferentes para a obtenção de evidências” (*Ibid.*, p.120). Este processo de triangulação permite o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação (Yin, 2002). Neste seguimento elucida para a necessidade de criar um banco de dados formal na coleta de dados e manter o encadeamento de evidências.

No seguimento do exposto propomos no que respeita às técnicas utilizadas para recolha de informação levar a cabo a presente investigação da seguinte forma.

A primeira fase, diz respeito à revisão de literatura e definição literária de referência para o estudo da Educação e Cooperação em situação de emergência. Nesta fase recorreremos à técnica de recolha e análise documental, ou seja, “recolher dados através do estudo de documentos segue a mesma linha de pensamento que observar ou entrevistar. É preciso termos a mente organizada e, no entanto, aberta a pistas inesperadas” (Stake, 2007, p.84). Neste sentido recorreremos à primeira das seis fontes mencionadas por Yin (2002), a recolha e revisão completa das evidências documentais existentes nas organizações/instituições selecionadas no âmbito da investigação “documentos desempenham um papel óbvio em qualquer coleta de dados, ao realizar estudos de caso” (*Ibid.*, p.109). Não obstante, o autor alerta que “ao se revisar os documentos, compreender-se que eles foram escritos com algum objetivo específico e para algum público específico, diferentes daqueles do estudo de caso que está sendo realizado” (*Ibid.*, p.110).

A segunda fase corresponde ao estudo empírico e recolha de informação. Nesta etapa da investigação iremos recorrer à técnica de observação participante das atividades a desenvolver nas organizações/instituições de acolhimento, porém a mesma ainda não se encontra validada junto das instituições de acolhimento. O recurso a esta técnica pressupõe o trabalho de campo no contexto em estudo para que se possa recolher os dados necessários que permitam concretizar o objetivo da investigação, uma vez que se trata “de um processo e não de um mecanismo simples de impressão por reprodução como o da fotocópia” (De Ketele & Roegiers, 1993, p.23), sendo esta técnica “o dispositivo mais utilizado para a recolha de dados” (Tuckman, 1994, p.508). O recurso à observação participante implica em si algumas vantagens e desvantagens tal como reforça Yin (2002), das quais o investigador deverá ter em atenção “equilíbrio entre as oportunidades criadas e os problemas” (*Ibid.*, p.118). Como vantagens na

utilização desta técnica o autor aponta a “capacidade de perceber a realidade do ponto de vista de alguém de “dentro” do estudo de caso” e “participar de eventos ou de grupos que são, de outro modo, inacessíveis à investigação científica” (*Ibid.*, p.116). Por sua vez, apresenta como desvantagens a criação de uma visão tendenciosa originária da convivência, “menos habilidade para trabalhar como um observador externo”, “torne-se um apoiador do grupo ou da organização”, e “a função de participante pode simplesmente exigir atenção demais em relação à função de observador” (*Ibid.*, p.118). Por seu turno, Lee (2002, p.34) alerta sobre os métodos não interferentes na pesquisa social uma vez que “a presença do investigador tem consequências sobre a qualidade das respostas, moldando-as em geral de maneiras socialmente padronizadas”.

Utilizaremos igualmente as observações diretas no decorrer do desenvolvimento dos programas de acolhimento. Nesta esfera Yin (2002, p.115) adverte para dois tipos de observação direta, “atividades formais” e “atividades informais”, sendo que ambas servem para melhor “compreender tanto o contexto quanto o fenómeno” a estudar. A escala de observação será inicialmente macro, contexto nacional e posteriormente meso quando definirmos as instituições que serão sujeitas a investigação. Será igualmente importante o recurso aos registros em arquivo de cada organização/instituição a investigar, o recurso aos registros de serviço, registos organizacionais, mapas e tabelas, dados oriundos de levantamentos e registros pessoais apresentam-se de supra importância para uma completa análise “fontes de arquivo também apresentam informações quantitativas (dados numéricos) e qualitativas (dados não numéricos), em geral são muito importantes” (*Ibid.*, p.111).

Uma vez que estamos perante uma amostra significativa de inquiridos serão aplicados inquéritos por questionário aos responsáveis dos programas e às famílias e ou indivíduos acolhidos, pois permitirá a recolha de informações e a análise global sobre as atitudes, comportamentos, condições de trabalho e opiniões. Sendo o inquérito “(...) o único método que podemos, se necessário, aplicar em grande escala, escolhendo os indivíduos” (Ghiglione & Matalon, 1993, p.16). Assim, Moreira (2004, p.135) adverte ser “essencial que o investigador saiba claramente, ao redigir o item, aquilo que pretende do respondente”. Para além da análise de todos os documentos que se apresentem significativos e que se refiram ao foco da investigação, pretendemos recorrer em conjunto com outras fontes de informação, como as entrevistas das equipas que integram cada organização/instituição, bem como dos membros das



famílias selecionadas, uma vez que “as entrevistas constituem uma fonte essencial de evidências para os estudos de caso” (Yin, 2002, p.114). Aplicaremos as entrevistas semiestruturadas às famílias e ou pessoas singulares acolhidas no sentido de “(...) compreender os significados que os entrevistados atribuem a determinadas questões e/ou situações” (Ghiglione & Matalon, 1993, p.72). Bem como, entrevistas estruturadas aos responsáveis dos programas de acolhimento, tanto na sua criação como implementação.

Na terceira fase, após a coleta de dados constitui-se como fase posterior a análise dos dados recolhidos sendo esta uma das etapas cruciais de leitura, análise e interpretação das técnicas e instrumentos de investigação, recorreremos a dois tipos de análise: a estatística (de natureza quantitativa), através da qual analisaremos os inquéritos por questionário e a análise de conteúdo (de caráter qualitativo), por via da aplicação de entrevistas semiestruturadas, da análise documental e da observação participante.

Em síntese, e de acordo com Yin (2002, p.156) é essencial o investigador possuir uma estratégia geral para analisar os dados, como estratégias analíticas específicas o autor apresenta quatro, são a adequação ao padrão, construção da explanação, análise de séries temporais e modelos lógicos de programa “constituem métodos efetivos de preparar o fundamento para a realização de estudos de caso de alta qualidade”.

No que concerne aos objetivos do projeto de investigação iremos apresentar abaixo. Quivy & Campenhoudt entendem que a pergunta de partida deve obedecer a três qualidades, clareza, exequibilidade e pertinência, constituindo-se como “um primeiro meio para pôr em prática uma das dimensões essenciais do processo científico: a ruptura com os preconceitos e as noções prévias” (1998, p.32). Assim, o âmbito da investigação pretende compreender: de que modo Portugal está a responder ao acolhimento dos refugiados provenientes de situações de emergência e conflito?; De que modo a Educação e a Cooperação permite a construção de uma educação mais justa e equitativa, com base na promoção do desenvolvimento sustentável em situações de conflito?; De que modo Portugal se situa no quadro dos programas de cooperação e desenvolvimento para intervir em situações de emergência em termos educativos?

Neste sentido, os objetivos formulados têm por base a análise realizada sobre a realidade atual e a emergência de compreendermos em que medida as estratégias de acolhimento



nacionais têm impacto educativo e social nas famílias. Assim sendo definimos os seguintes objetivos:

- Investigar o quadro das políticas nacionais e internacionais nas questões de conflito no âmbito de Emergência;
- Identificar os principais programas de cooperação desenvolvidos em Portugal com populações em situação de emergência/conflito;
- Analisar o impacto das propostas de educação nos programas de cooperação em situação de emergência e conflito no âmbito nacional.
- Articular os programas de cooperação em situação de emergência/conflito em termos de propostas educativas tanto na educação formal, não formal e informal.



Referências

- Alves-Mazzotti, A.J. (2006). *Usos e abusos dos estudos de caso*. Cadernos de Pesquisa, 36 (129), pp. 637-651.
- Bisquerra, R. (1989). *Metodos de Investigacion Educativa - Guia Pratica*. Barcelona: CEAC, S.A
- Burde, D. (2017). Nota Editorial. *Revista sobre Educação em situações de Emergência*. 2 (1).
- Cooperação Portuguesa (2006). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.
- De Ketele, J-M., & Roegiers, X. (1993). *Metodologia da recolha de dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Duarte, J.B. (2008). Estudos de caso em educação. Investigação em profundidade com recursos reduzidos e outro modo de generalização. *Revista Lusófona de Educação*. II, pp.113-132.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O inquérito. Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- INEE (2010). *Requisitos Mínimos para a Educação: Preparação, Resposta e Reconstrução*. INEE.
- Lee, R. (2002). *Métodos não interferentes em pesquisa social*. Lisboa: Gradiva.
- Lopes, J. (2010). *A educação para o desenvolvimento: o potencial do voluntariado para a cooperação - o projecto Nô Djunta Mon*. (Dissertação de mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa). Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10071/3062](http://hdl.handle.net/10071/3062)
- Mendenhall, M., Dryden-Peterson, y S., Bartlett, L. (2015). Quality education for refugees in Kenya: pedagogy in urban Nairobi And kakuma refugee camp settings. *Journal on Education in Emergencies*, 1 (1), pp. 92-130.
- Moreira, J.M. (2004). *Questionários: Teoria e Prática*. Lisboa: Almedina.
- Morgado, J. C. (2012). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação*. Santo Tirso: De factos Editores.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- GEM, Relatório de Monitoramento Global da Educação – Resumo (2016). *Educação para as pessoas e o planeta: Criar futuros sustentáveis para todos*. UNESCO



Santos, J. (2011). *Uma questão de coerência: os dilemas da cooperação internacional para o desenvolvimento: o caso de Portugal*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

Stake, R. (2007). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

UNESCO (2014). *Relatório BRICS: Construir a educação para o futuro – prioridades para o desenvolvimento nacional e a cooperação internacional*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em Brasília.

Tuckman, B. (1994). *Manual de investigação em educação* (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Yin, R. K. (2002). *Estudo de caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Artmed, tradução do original de 1994, *Case study research: design and methods*, Sage Publications.

Webgrafia

ACNUR, Agência da ONU para os refugiados (2016). *Deslocamento forçado atinge recorde global e afeta uma em cada 113 pessoas no mundo*. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/deslocamento-forcado-atinge-recorde-global-e-afeta-uma-em-cada-113-pessoas-no-mundo/> Acesso em: 20 Março.2017.

INEE (2017, 15 de março). *Revista sobre Educação em situações de Emergência. 2*. Disponível em <http://www.ineesite.org/pt/blog/volume-2-da-revista-sobre-educacao-em-situacoes-de-emergencial>

Plataforma de Apoio aos Refugiados. Disponível em: <http://www.refugiados.pt/>. Acesso em: 15 Março.2017.

Conselho Português para os Refugiados. Disponível em: <http://www.cpr.pt/>; Acesso em: 25 Março.2017.

UNRIC, Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/component/content/article/32350-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>; Acesso em: 16 Março 2017.